

# A LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO E A CAMPANHA PELA MORALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS, NA REPÚBLICA VELHA\*

José Carlos Neves LOPES  
UNIP

Após a instalação do novo regime, o Partido Republicano Paulista desenvolveu uma linha político-partidária que o distanciou cada vez mais de grande e importante parcela da população paulista, notadamente aquela constituída pelas camadas médias.

Por meio do controle indireto dos cargos públicos, o PRP procurava atrair para seus quadros os recém-formados bacharéis em direito, garantindo assim o apoio da elite bacharelesca. A partir da segunda década do século, porém, estigmatizado pelo desvirtuamento das práticas eleitorais a que se acostumaram seus chefes políticos, o partido já não conseguia sensibilizar os jovens bacharéis. É significativo o depoimento que nos deixou Paulo Nogueira Filho em suas memórias:

"O único partido político organizado, então existente na órbita estadual, era o Partido Republicano Paulista, ao qual meu avô José Paulino pertencera e meu pai ainda pertencia. Era, todavia, uma agremiação em plena decomposição moral. Não nos podia seduzir. Ademais em seu seio, as posições eram vitalícias e hereditárias. Não seria eu, embora neto de José Paulino, herdeiro desse gênero."

O acadêmico de direito, no quadro exíguo dos estudantes universitários da época, era o mais afeito à atuação político-partidária.

---

(\*) Dados obtidos em edições do jornal "O Estado de S. Paulo", 1915-1924.

Não é de admirar, portanto, que tenha partido de estudantes da Faculdade de Direito a idéia de organizar um movimento que, no fundo, objetivava uma atuação política fora do estreito quadro partidário da época - a Liga Nacionalista. Com sua fundação, foi possível canalizar para esse movimento a atuação de grupos emergentes da elite paulistana, que se mostravam avessos às práticas perreperistas.

A idéia de criação da Liga nasceu após uma conferência pronunciada por Olavo Bilac aos estudantes de direito, em 9 de outubro de 1915.

A Faculdade de Direito realizava, anualmente, uma cerimônia já tradicional - a "Festa da Chave". Nela, o representante do quinto ano entregava ao representante do quarto ano uma chave, símbolo das tradições daquela casa de ensino. Na "festa" daquele ano, o representante do quarto ano Marcel da Silva Teles, no discurso pronunciado, atacou as práticas políticas vigentes, às quais imputava uma série de males que nos assolava :

"Nós brasileiros, presenciamos esse triste espetáculo que nos está dando uma República, que tem como apanágio a anulação do voto popular e a legalização das designações para todas as funções sarcasticamente ditas eletivas em todo o Brasil; daí o definhamento moral de todos os nossos corpos legislativos, daí todas as tortuosidades do Poder Executivo; daí a fraca noção do cumprimento do dever, revelando-se na longa sede de peculatos, na crescente impunidade do delito, pela decadência da bela instituição do juri."

Os acadêmicos Sarti Prado, Clovis Ribeiro, Júlio de Mesquita Filho, Antonio Pereira Lima, Joaquim Sales Júnior e Fábio Aranha constituíram uma comissão organizadora, que passou a reunir-se diariamente, contando com o auxílio de diversos professores da faculdade, de forma a elaborar o esboço do programa da Liga, publicado pelo "Estado", em 31 de março de 1916:

"a) reerguer o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas coisas e problemas vitais do Brasil;

b) pugnar pelo desenvolvimento da cultura e difusão da instrução no país;

- c) promover a educação cívica e política do povo brasileiro;
- d) combater a abstenção eleitoral, assim como todos os processos que corrompem, fraudam ou falsificam a vontade popular;
- e) fazer estudar por comissões técnicas todos os problemas que interessam a nacionalidade brasileira;
- f) representar aos poderes públicos reclamando a adoção de medidas de utilidade nacional."

Como vemos, um receituário composto de verdade eleitoral, civismo, cultura, instrução pública e nacionalismo. Quem acompanhar a ação da Liga Nacionalista desde sua fundação, em 1916, até sua extinção, em 1924, constatará que ela atuou em todas essas áreas.

A fundação da Liga ocorreu em 16 de dezembro de 1916, no escritório do Dr. Frederico Vergueiro Steidel, professor de Direito Comercial da "São Francisco". Elegeu-se um conselho deliberativo e uma diretoria com mandato até 1917, dos quais faziam parte: Frederico Vergueiro Steidel, Paula Souza, Arnaldo Vieira de Carvalho, Abelardo Vergueiro Cesar, Gama Cerqueira, Laerte Assunção, Arquimedes Pereira Guimarães, Clovis Ribeiro, Plínio Barreto, Ernesto de Souza Campos, Antonio Sampaio Dória, Tomás Lessa e Francisco Alves dos Santos. A Liga, portanto, entra em cena com um elenco de renome: professores das faculdades de direito, medicina e engenharia, jornalistas, juristas e estudantes .

No discurso inaugural, seu presidente Dr. Vergueiro Steidel, propunha que as atividades iniciais privilegiassem dois dos objetivos gerais da sociedade: difusão do ensino e educação política e cívica da população. Para tanto, propunha: a fundação de uma escola noturna para operários que teria como professores, estudantes filiados à entidade; a realização de conferências "tendo em vista o civismo" e a organização de uma comissão encarregada de promover o alistamento eleitoral. A proposta foi aprovada, tendo sido constituídas as respectivas comissões.

A comissão encarregada da promoção do alistamento eleitoral, integrada por Waldemar Ferreira, Tomás Lessa e Júlio de Mesquita Filho, publicou um manifesto que tecia considerações sobre a importância do exercício do voto, e informava que a Liga se dispunha

a fornecer instruções e facilitar o alistamento eleitoral (o voto não era obrigatório).

O aumento do número de eleitores e o estímulo ao seu comparecimento às eleições eram peças importantes para tentar mudar o quadro vigente, de modo a fazer frente aos currais eleitorais que consagravam as chapas completas do PRP e impediam a eleição de candidatos independentes ou oposicionistas, nas eleições federais, estaduais e municipais.

Para a instalação das escolas noturnas, a Liga obteve a colaboração do governo estadual que providenciou a cessão de estabelecimentos de ensino.

Em 1918, cinco escolas noturnas da Liga Nacionalista já se achavam em funcionamento, contando com 571 alunos matriculados.

No ano seguinte, a Liga recrudesciu a campanha para a promoção do alistamento eleitoral; era o ano da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa, e a mocidade acadêmica estava ao seu lado novamente.

Uma das mais importantes campanhas desenvolvidas pela Liga Nacionalista foi a do voto secreto, iniciada em 1920. A instituição apoiou integralmente a ação de um grupo de deputados que havia apresentado, na Câmara dos Deputados, projeto instituindo o voto secreto. Foram enviadas representações ao presidente da República e ao presidente do Estado; solicitou-se a colaboração dos principais jornais do país; publicaram-se manifestos. A campanha intensificou-se, nos anos seguintes, numa tentativa de sensibilizar a opinião pública e os parlamentares para a necessidade de moralizar a realização das eleições.

Como sabemos, essa luta foi em vão; o voto secreto só seria adotado após a Revolução de 30.

É impossível resumir num artigo a intensa atividade desenvolvida pela Liga Nacionalista em seus oito anos de existência, porém, é mister reconhecer seu papel na luta para promover a mudança dos costumes e práticas que corrompiam os princípios democráticos da ainda jovem república brasileira.

Após a Revolução de 1924, sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos, a Liga foi fechada. Renasceria, logo em seguida, sob a denominação de Liga do Voto Secreto. Em 1926, vamos encontrar seus fundadores na ponta de lança do Partido Democrático.